



CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com cinco opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas: dados pessoais e instruções.



Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas.
- A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
- Atenção ao preencher a Folha de Respostas. Caso haja erro de preenchimento, a Folha não será substituída.



Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas, assinada no local indicado, ao Fiscal de Aplicação.

- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
- Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
- Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O pior encontro casual

O pior encontro casual da noite ainda é o do homem autobiográfico. Chega, senta e começa a crônica de si mesmo: “Acordo às sete da manhã e a primeira coisa que faço é tomar o meu bom chuveiro”. Como são desprezíveis as pessoas que falam no “bom chuveiro”! E segue o parceiro: “Depois peço os jornais, sento à mesa e tomo meu café reforçado”. Ah, a pena de morte, para as pessoas que tomam “café reforçado”! E a explanação continua: “Nos jornais, vocês me desculpem mas, a mim, só interessa o artigo de Macedo Soares e as histórias em quadrinhos”. Nessa altura o autobiográfico procura colocar-se em dois planos, que lhe ficam muito bem: o que ele julga de seriedade política (Macedo) e o outro, de folgazante espiritual (histórias em quadrinhos). E vai daí para outra modesta homenagem a si mesmo: “Aí, então, é que vou me vestir. Quanto à roupa, nunca liguei muito, mas, camisa e cueca, tenha paciência, eu mudo todo dia”. O “tenha paciência” é porque está absolutamente certo de que estamos com a camisa e a cueca de ontem. “Acordo minha senhora, pergunto se ela quer alguma coisa e vou para o escritório.” Gente que chama a mulher de “minha senhora” está sempre pensando que: 1º – não acreditamos que eles sejam casados no civil e no religioso; 2º – no fundo, desconfiamos de que sua mulher lhe seja infiel. E vai adiante o mal-feliz: “Só aí vou para o escritório, mas nunca antes de passar no jornal, para ver se há alguma coisa”. Esse “passar no jornal” é um pouco difícil de explicar. Mas todo homem banal tem muita vergonha de não ser jornalista e alude sempre a um jornal, do qual tem duas ações ou pertence a um primo, ou amigo íntimo.

Vai por aí contando sua vidinha, que termina, melancolicamente, com esta frase: “À noite, eu sou da família!”. Bonito! “Visto meu pijama, janto, deito no sofá e vou ver a televisão, com as crianças em cima de mim.” Está aí o retrato perfeito do cretino nacional. E, o que é triste, além de numeroso, está em toda parte. Que horror me causam as pessoas do “bom chuveiro”, do “café reforçado”, os de “Macedo Soares e das histórias em quadrinhos” (os que gostam só de Macedo Soares ou só de histórias em quadrinhos são ótimos), que precisam dizer que mudam camisa e cueca todos os dias, as que citam “sua senhora” e os que “passam no jornal, antes de ir para o escritório”. Nossa maior repulsa, ainda, por quem janta de pijama e deita no sofá, com as crianças em cima. Ah, essa gente me procura tanto!

(MARIA, A. *O pior encontro casual* [1959]. In: SANTOS, J. F. *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 141-142.)

Questão 01

No 1º§, o narrador utiliza o termo “homem autobiográfico” para definir o seu interlocutor indesejado. A partir da leitura integral do texto, depreende-se que esse rótulo é empregado para caracterizar um tipo humano que:

- A) Apresenta uma trajetória de vida marcante, cujos detalhes justificam o interesse público.
- B) Confunde a relevância de sua individualidade com a trivialidade repetitiva de seus hábitos cotidianos.
- C) Utiliza a narrativa de si mesmo como uma estratégia de resistência contra a impessoalidade dos encontros casuais.
- D) Mesmo que condenada pelo narrador, manifesta uma consciência crítica aguçada ao analisar a própria rotina sob uma perspectiva sociológica.
- E) Busca estabelecer, ainda que de forma malsucedida, uma conexão empática com o ouvinte por meio da exposição de suas vulnerabilidades domésticas.

Questão 02

Ao final do texto, o narrador sintetiza sua repulsa ao descrever a rotina noturna do seu interlocutor como o “retrato perfeito do cretino nacional” (2º§). De acordo com a progressão argumentativa do autor, essa “cretinice” é atribuída ao personagem por ele:

- A) Negligenciar a formação intelectual dos filhos ao priorizar o entretenimento passivo da televisão em detrimento da leitura.
- B) Apresentar a conformidade a padrões sociais e domésticos banais como se fossem virtudes excepcionais ou conquistas admiráveis.
- C) Demonstrar uma inclinação hipócrita para a vida familiar, visando esconder uma conduta moral duvidosa fora do ambiente doméstico.
- D) Ignorar a importância do convívio social na esfera pública, refugiando-se no isolamento do lar para evitar o confronto com a realidade política.
- E) Revelar uma falta de autenticidade ao mimetizar hábitos da elite intelectual, como a leitura de jornais de prestígio, sem de fato compreendê-los.

Questão 03

No desenvolvimento do texto, a coesão e a coerência são garantidas por meio de diversos recursos linguísticos que reiteram a tese do narrador. Analise o emprego dos elementos destacados nos seguintes fragmentos:

- “O pior encontro casual da noite ainda é o do homem autobiográfico.” (1º§).
- “Nossa maior repulsa, ainda, por quem janta de pijama e deita no sofá, com as crianças em cima.” (2º§).

Sobre o papel do termo “ainda” na organização macroestrutural do texto, é correto afirmar que:

- Atua como um marcador temporal, indicando que a opinião do narrador se mantém inalterada desde o início da noite até o seu desfecho.
- Estabelece uma relação de concessão, sugerindo que, apesar de existirem outros encontros ruins, o “homem autobiográfico” seria perdoável.
- Serve para restringir o universo de análise do cronista, indicando que sua repulsa se limita apenas aos encontros ocorridos no período noturno.
- Opera como um recurso de coesão sequencial que introduz uma contradição lógica entre o comportamento público e o privado do personagem.
- Funciona como um elemento de reiteração enfática que, ao final do texto, estabelece uma gradação na escala de valores negativos apresentada pelo autor.

Questão 04

No texto de Antônio Maria, a alternância entre o sentido denotativo e o conotativo é uma ferramenta essencial para a construção da sátira. Analise o emprego desses sentidos no seguinte trecho: *Ah, a pena de morte, para as pessoas que tomam “café reforçado”!* (1º§). A partir da análise dos recursos semânticos utilizados pelo autor, assinale a afirmativa correta.

- O termo “café reforçado” é utilizado conotativamente pelo narrador para sugerir que a refeição em questão possui propriedades nutricionais superiores às habituais.
- O uso das aspas em “café reforçado” cumpre a função de indicar que a expressão está sendo usada em sentido denotativo, sem carga valorativa por parte do narrador.
- A expressão “pena de morte” é empregada em seu sentido denotativo, indicando que o autor defende uma punição legal severa para comportamentos sociais inadequados.
- Tanto “pena de morte” quanto “café reforçado” são construções denotativas que visam informar o leitor sobre os hábitos gastronômicos e as convicções jurídicas do cronista.
- O autor utiliza a “pena de morte” como uma hipérbole, atribuindo um sentido conotativo ao termo para enfatizar seu grau de intolerância em relação ao uso de expressões clichês.

Questão 05

Quanto à classificação do gênero e à predominância das sequências textuais, o texto de Antônio Maria caracteriza-se como uma crônica, cuja estrutura interna se organiza primordialmente por meio de:

- Uma exposição informativa, relatando fatos históricos sobre o jornalismo e a sociedade brasileira da metade do século XX.
- Uma sequência de base narrativa (o relato do cotidiano do outro), servindo de suporte para uma macrosequência argumentativa.
- Uma estrutura narrativa estrita, em que o relato cronológico das ações do “homem autobiográfico” encerra o sentido e a intenção da obra.
- Uma sequência descritiva, que visa catalogar os hábitos (de higiene, alimentação, etc.) da classe média urbana com alguma objetividade.
- Uma sequência injuntiva, visto que o narrador busca prescrever comportamentos sociais adequados e ditar normas de etiqueta para encontros noturnos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 06

No âmbito do processo de formulação e desenvolvimento de políticas públicas, a fase de construção da agenda envolve diferentes níveis e tipos de agendas, que refletem tanto a atenção dos formuladores de políticas quanto os processos decisórios e a natureza setorial da ação governamental. Considerando essa perspectiva analítica, assinale a afirmativa correta.

- A) As agendas especializadas antecedem a agenda governamental, pois são nelas que os problemas públicos são definidos de forma ampla antes de despertarem a atenção dos formuladores de políticas no nível governamental.
- B) A agenda governamental configura-se como um subconjunto da agenda decisional, na medida em que os temas em processo de deliberação formal tendem a orientar o interesse dos formuladores de políticas e a organização da ação estatal.
- C) A agenda governamental e a agenda decisional coincidem integralmente, uma vez que toda questão que desperta a atenção dos formuladores de políticas é automaticamente convertida em objeto de decisão formal, especialmente quando inserida em agendas especializadas.
- D) A agenda decisional diferencia-se da agenda governamental por concentrar temas que já foram convertidos em políticas públicas, enquanto as agendas especializadas estão relacionadas predominantemente a demandas técnicas formuladas no interior da burocracia estatal.
- E) A diferenciação entre agenda governamental e agenda decisional é necessária porque ambas são influenciadas por processos distintos, sendo a primeira marcada pela visibilidade e pelo interesse político, e a segunda composta por questões que alcançaram maturidade suficiente para uma decisão ativa dos formuladores de políticas.

Questão 07

Durante a auditoria operacional em determinada Câmara Municipal, o auditor de controle interno analisou o programa “Legislativo Eficiente”, criado para melhorar a produtividade administrativa. Constatou-se que a alta gestão revisou o planejamento estratégico institucional e definiu objetivos macros relacionados à transparência, celeridade processual e economicidade. Em seguida, os chefes de setor pactuaram metas com os servidores, com indicadores e prazos definidos. Entretanto, ao longo do exercício, não foram realizadas reuniões sistemáticas, de modo que diversos desvios de execução só foram identificados ao final do período avaliativo, quando já não havia possibilidade de correção tempestiva. À luz do ciclo da gestão por resultados, a falha mais crítica identificada pelo auditor refere-se à etapa de:

- A) Recompensa, visto que incentivos só produzem efeitos quando vinculados a controles prévios estritamente formais.
- B) Revisão dos objetivos organizacionais, pois objetivos institucionais amplos dificultam o controle de desempenho individual.
- C) Avaliação de desempenho, pois a identificação tardia de desvios demonstra que a mensuração final não deve ocorrer ao término do ciclo.
- D) Definição dos objetivos dos colaboradores, porque metas com indicadores tendem a gerar rigidez burocrática incompatível com o setor público.
- E) Monitoramento do processo, já que a ausência de acompanhamento periódico impede ajustes gerenciais e compromete a lógica de gestão orientada a resultados.

Questão 08

No âmbito das parcerias entre o Estado e o terceiro setor, determinada Câmara Municipal passou a discutir a possibilidade de firmar instrumentos de cooperação com entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Durante os debates, surgiram interpretações divergentes acerca da natureza jurídica e do significado da qualificação como OSCIP. Considerando o regime jurídico das OSCIPs e o conteúdo apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) A legislação restringe a qualificação como OSCIP às entidades privadas financiadas pelo Estado, vedando sua concessão àquelas que recebam recursos da iniciativa privada ou que não tenham retorno econômico direto.
- B) A obtenção da qualificação como OSCIP é obrigatória para todas as organizações da sociedade civil que pretendam atuar em áreas de interesse público ou receber financiamento do Estado, sob pena de irregularidade institucional.
- C) As OSCIPs diferenciam-se das ONGs por possuírem natureza jurídica de direito público, ainda que atuem em áreas típicas do setor público, o que lhes assegura acesso automático a recursos estatais para execução de atividades de interesse social.
- D) A OSCIP constitui uma forma jurídica específica de organização do terceiro setor, distinta das associações e fundações privadas, razão pela qual apenas entidades constituídas originalmente como OSCIP podem celebrar parcerias com o poder público.
- E) A qualificação como OSCIP corresponde a um certificado conferido pelo poder público federal a determinadas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, sendo opcional e passível de ser requerida tanto por entidades já constituídas quanto por aquelas criadas com o objetivo de obtê-la desde sua origem.

Questão 09

Maria é auditora de controle interno em uma Câmara Municipal no estado do Espírito Santo. Durante uma reunião com vereadores, discutiu-se a implementação de uma proposta de orçamento participativo no município, cuja apreciação legislativa caberia à Câmara. Com o objetivo de aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, Maria buscou informações a respeito do orçamento participativo, suas características e etapas de elaboração. Com base nas características do orçamento participativo, analise as afirmativas a seguir.

- I. É um instrumento de democracia participativa que possibilita aos cidadãos influenciar ou decidir sobre a alocação de parte dos recursos públicos.
- II. Sua adoção decorre de imposição legal, sendo obrigatória a submissão de todos os recursos destinados a investimentos à decisão direta da população.
- III. Possui também um caráter educativo, na medida em que promove o conhecimento da população acerca dos problemas locais, das limitações orçamentárias e das prioridades do município.
- IV. Sua participação social ocorre predominantemente nas fases de aprovação e fiscalização da proposta orçamentária.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II.
- B) I e II.
- C) I e III.
- D) III e IV.
- E) I, III e IV.

Questão 10

O auditor de controle interno de uma Câmara Municipal foi designado para avaliar a conformidade de um projeto institucional de Governo Eletrônico que contempla:

- I. A implantação de um portal digital de serviços legislativos;
- II. A contratação de solução tecnológica proprietária, sem previsão de integração com sistemas estaduais ou federais;
- III. A digitalização de processos internos, com acesso restrito exclusivamente aos servidores da Casa Legislativa; e
- IV. A disponibilização de informações orientadas prioritariamente à eficiência administrativa interna e à redução de custos operacionais.

À luz dos princípios e diretrizes do Governo Eletrônico, conforme definidos na política nacional, a análise técnica do auditor deverá concluir que o projeto:

- A) Limita o acesso às informações como forma de proteção institucional e segurança da informação, compatibilizando-se com o princípio de racionalização de recursos e com a diretriz de arcabouço normativo integrado.
- B) Concentra-se na autonomia tecnológica do Poder Legislativo municipal, o que atende ao princípio federativo e afasta a necessidade de alinhamento com padrões, normas e políticas nacionais de Governo Eletrônico.
- C) Enfatiza a digitalização de processos internos como etapa inicial do Governo Eletrônico, o que está em consonância com a diretriz de gestão do conhecimento, ainda que o acesso cidadão seja postergado para fases futuras do projeto.
- D) Privilegia a eficiência administrativa e a racionalização de recursos, ainda que em detrimento da participação social, o que é compatível com a diretriz de que o Governo Eletrônico deve priorizar a sustentabilidade fiscal e a redução de custos públicos.
- E) Adota solução proprietária sem interoperabilidade, restringe o acesso do cidadão às informações e serviços digitais e reproduz uma lógica instrumental de prestação de serviços, em desacordo com os princípios da promoção da cidadania, da inclusão digital, do uso estratégico do *software* livre e da integração entre níveis de governo e poderes.

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Questão 11

O contador de determinada Câmara Municipal emitiu uma nota de empenho estimativo no valor de R\$ 12.000,00 para a Empresa EDP Brasil referente a despesas com consumo de energia elétrica, da sede de funcionamento da Câmara Municipal. Essa ação está inserida em qual fase e/ou estágio da despesa orçamentária?

- A) Execução da despesa orçamentária do estágio empenho.
- B) Execução da despesa orçamentária do estágio liquidação.
- C) Execução da despesa orçamentária do estágio pagamento.
- D) Planejamento da despesa orçamentária – fixação da despesa.
- E) Planejamento da despesa orçamentária – processo de licitação e contratação.

Questão 12

Determinada Câmara Municipal realizou leilão de bens móveis inservíveis, autorizado por lei, justificado pelo interesse público, precedido de avaliação e realizado via leiloeiro. À receita de capital decorrente da venda de Ativos, segundo a Lei nº 4.320/1964, no Título IV, art. 39-A, §6º e, ainda, observado o disposto do art. 44, da Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, deverá ser aplicado ao menos:

- A) 50% desse montante a despesas associadas a regime de previdência social; o restante, a despesas com investimentos.
- B) 35% desse montante a despesas associadas a regime de previdência social; o restante, a despesas com investimentos.
- C) 50% desse montante a despesas associadas a regime de previdência social; o restante, a despesas com outras despesas correntes.
- D) 35% desse montante a despesas associadas a regime de previdência social; o restante, a despesas com subvenções sociais e econômicas.
- E) 50% desse montante a despesas associadas a regime de previdência social; o restante, 20% a despesas com outras despesas correntes e 30% com despesas de investimentos.

Questão 13

Um analista de orçamento público, ao analisar a proposta orçamentária da Câmara Municipal, identificou uma quantia expressiva na fixação de despesa na função 01 – Legislativa e nas subfunções 031 – Ação Legislativa e 032 – Controle Externo. Nesse contexto, qual a classificação que segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação (em que área) de ação governamental a despesa será realizada?

- A) Funcional.
- B) Institucional.
- C) Elemento de despesa.
- D) Estrutura programática.
- E) Da despesa orçamentária por natureza.

Questão 14

Determinado município receberá recursos provenientes de convênio com a União (transferência voluntária) para investimentos em infraestrutura. Segundo a Lei nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, trata-se de um fator impeditivo na realização da transferência voluntária:

- A) Inexistência de dotação específica.
- B) Previsão orçamentária de contrapartida.
- C) Observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição.
- D) Comprovação, por parte do beneficiário, de cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde.
- E) Conformidade com o pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como a prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Questão 15

Determinada Câmara Municipal foi premiada no Estado pelo seu modelo e experiência na aplicação das normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento. Dispor sobre essa matéria, dentre outras, compete à seguinte normativa:

- A) Plano Plurianual.
- B) Lei Orgânica Municipal.
- C) Plano Diretor Municipal.
- D) Lei do Orçamento Anual.
- E) Lei de Diretrizes Orçamentárias.



LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 16

O prefeito de Venda Nova do Imigrante, visando otimizar a fiscalização de um contrato de grande porte para a pavimentação de vias rurais, decide nomear um servidor efetivo da Secretaria de Obras como fiscal do contrato. Alguns vereadores questionam a legalidade do ato, alegando que tal nomeação dependeria de aprovação prévia da Câmara Municipal. Com base na Lei Orgânica Municipal, sobre a competência do chefe do Executivo no caso hipotético descrito, é correto afirmar que o ato é:

- A) Illegal, pois a nomeação de fiscais de contrato exige prévia arguição pública pela Câmara Municipal.
- B) Legal, mas sua eficácia fica suspensa até a ratificação pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- C) Illegal, pois a fiscalização de contratos é competência exclusiva do Controle Interno, vedada a designação de servidor da área-fim.
- D) Legal, visto que a Lei Orgânica veda expressamente a atribuição de funções de fiscalização a servidores que não ocupem cargo de chefia.
- E) Legal, pois compete privativamente ao prefeito dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração municipal, na forma da lei.

Questão 17

Durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro seguinte, os vereadores da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante decidem apresentar emendas individuais impositivas. Determinado vereador propõe uma emenda que destina recursos para a construção de uma praça, correspondente a três por cento da receita corrente líquida do exercício anterior. Diante do cenário hipotético e, ainda, considerando as recentes atualizações da Lei Orgânica Municipal, é correto afirmar que a emenda:

- A) Seria válida se o vereador destinasse a metade percentual para ações e serviços públicos de educação.
- B) É válida, pois o limite constitucional para emendas impositivas municipais é de até cinco por cento da receita corrente líquida.
- C) É válida, mas sua execução dependerá de disponibilidade financeira aferida bimestralmente pelo Poder Executivo, sem caráter obrigatório.
- D) É inválida, pois a Lei Orgânica de Venda Nova do Imigrante não prevê o instituto do orçamento impositivo, de modo que as emendas são autorizativas.
- E) É inválida quanto ao valor, pois as emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de dois por cento da receita corrente líquida do exercício anterior.

Questão 18

Determinada servidora pública municipal completou os requisitos para a aposentadoria voluntária e teve seu benefício concedido pelo órgão previdenciário competente. O Departamento de Recursos Humanos da prefeitura, ao processar o desligamento da servidora, deve emitir o ato administrativo declaratório correspondente. Considerando a Lei Complementar nº 1.658/2024, do município de Venda Nova do Imigrante, sobre a classificação jurídica da aposentadoria, é correto afirmar que:

- A) É legítima modalidade de disponibilidade definitiva.
- B) Trata-se de benefício jurídico de afastamento definitivo que gera a extinção daquele cargo antes ocupado.
- C) É espécie *sui generis* de exoneração *ex officio*, visto que o rompimento do vínculo ocorre por ato da Administração Pública.
- D) Trata-se de causa de vacância do cargo público, mas que poderá ser reocupado pelo servidor aposentado por invalidez, nos casos de reversão.
- E) É uma transferência para a inatividade, sem gerar vacância, pois o servidor continua vinculado estatutariamente ao quadro ativo da municipalidade.

Questão 19

O Regimento Interno da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante destina um título para normatizar sobre as proposições, modalidades e normas procedimentais. Especialmente sobre tramitação, apresentação e retirada das proposições, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) Nenhuma proposta poderá incluir matéria destoante do seu objeto.
- B) Em proposições subscritas por mais de um autor, o requerimento de sua retirada pelo primeiro autor é suficiente para que ela se efetive.
- C) Em caso de retirada de proposições da autoria do Poder Executivo, a mesma deverá ser pleiteada através de ofício e não poderá ser recusada.
- D) Concedida a urgência para projeto ainda sem parecer, poderá ser suspensa temporariamente a sessão para que as Comissões competentes o emitam; permitido o parecer oral para o caso.
- E) Quanto ao mérito, a proposição que receber parecer contrário de todas as Comissões será tida como rejeitada, podendo haver recurso por parte de qualquer edil, a ser decidido pelo Plenário.

Questão 20

Sobre as funções da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, conforme disposto no Regimento Interno e, ainda, considerando que os controles interno e externo operam de forma integrada e coordenada, assinale a alternativa que descreve corretamente a função de “controle externo”.

- A) Ocorre nas hipóteses de cometimento de infrações político-administrativas, exclusivamente por parte do prefeito municipal.
- B) Implica a vigilância do desempenho do Poder Executivo, sob o viés dos princípios da Administração Pública, a exemplo da economicidade e da ética político-administrativa.
- C) Trata-se, especialmente, do acompanhamento à execução orçamentária e do julgamento das contas apresentadas pelo prefeito e pela própria Câmara, com auxílio do Ministério Público.
- D) Dentre outras atribuições, refere-se à disciplina e estruturação do funcionamento administrativo da Câmara e de seus serviços auxiliares, avaliando os seus resultados quanto à eficácia e eficiência.
- E) De um prisma mais específico, consiste no assessoramento para a elaboração de emendas à Lei Orgânica e leis complementares sobre assuntos de importância externa, de competência do município.

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

As controladorias-gerais dos municípios brasileiros, órgãos centrais de controles internos municipais, não agem de forma discricionária e sem planejamento, pois existem atribuições constitucionais e legalmente estabelecidas que devem ser exercidas, dentre elas a análise de processos de execução da despesa pública orçamentária. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- A) O controle da execução das despesas públicas orçamentárias do Poder Executivo municipal é atribuição do controle interno da Câmara Municipal.
- B) O controle externo da execução das despesas públicas municipais é atribuição da Câmara Municipal e será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- C) A fim de melhor fiscalizar os processos de execução das despesas públicas municipais, cabe ao Poder Legislativo de cada município elaborar e aprovar lei específica para criação de Conselho e de órgão de contas municipais.
- D) O parecer prévio, emitido pelo órgão municipal competente, sobre as contas que o chefe do Poder Executivo municipal deve prestar anualmente, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal respectiva.
- E) As contas relativas à execução da despesa pública orçamentária municipal deverão ser amplamente divulgadas e deverão permanecer, durante todo o exercício financeiro subsequente, à disposição de qualquer cidadão, que deverá examiná-las e apreciá-las, não podendo, contudo, questionar-lhes a legitimidade.

Questão 22

Amarildo, auditor de controle interno da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, tem buscado aprimorar os controles internos e melhorar as rotinas de trabalho, a fim de aumentar o nível de eficiência e de eficácia dos controles e primar pela confiabilidade das informações, ao mesmo tempo em que não tem medido esforços na busca pela excelência no acompanhamento das expedições e divulgações dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos estabelecidos na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação. Nesse sentido, é correto afirmar que Amarildo pode adotar os seguintes procedimentos, EXCETO:

- A) Buscar formas eficientes de orientação aos cidadãos sobre os procedimentos para a consecução de acesso, bem como sobre o local onde poderá ser encontrada ou obtida a informação almejada.
- B) Possibilitar acesso a informações produzidas ou custodiadas por pessoa física ou entidade privada decorrente de qualquer vínculo com órgãos ou entidades municipais, mesmo que o vínculo já tenha cessado.
- C) Divulgar informações relativas à implementação, ao acompanhamento e aos resultados dos programas, dos projetos e das ações dos órgãos e das entidades públicas municipais, bem como das metas e dos indicadores propostos.
- D) Disponibilizar, no Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Venda Nova do Imigrante, acesso irrestrito a todo e qualquer projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico que os órgãos municipais venham a implementar.
- E) Buscar formas de melhorar a divulgação de informações relativas ao resultado de inspeções, de auditorias, de prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores.

Questão 23

No exercício das funções relacionadas à coordenação das atividades de controle interno da Câmara Municipal, à orientação na expedição das instruções normativas, à promoção da integração operacional com o Sistema de Controle Interno e ao apoio ao controle externo no exercício de sua missão institucional, é de suma importância que o auditor de controle interno municipal compreenda que o planejamento das ações de controle interno não é estabelecido por uma única lei, mas sim por um conjunto de normas constitucionais, por leis federais gerais e por legislação municipal específica. Nesse contexto, os principais pilares que estabelecem o planejamento e o funcionamento do controle interno em nível municipal são, EXCETO:

- A) Lei federal que exige que o controle interno fiscalize o cumprimento das metas fiscais, os limites de despesa com pessoal e os limites da dívida pública.
- B) Lei federal que atrela o controle interno ao planejamento, acompanhamento e execução contratual, exigindo uma atuação proativa desde o planejamento da contratação.
- C) Lei municipal que estabeleça quais são os instrumentos de planejamento público específicos para o município e as normas de contabilidade pública específicas para o município.
- D) Disposições contidas na Constituição Federal de 1988, que estabelecem que o município deve manter controle interno para apoiar o controle externo na fiscalização financeira, orçamentária e operacional.
- E) Legislações federais que estabelecem normas gerais sobre o controle interno da execução orçamentária, as quais focam no cumprimento dos Princípios de Administração Pública e em Princípios Orçamentários.

Questão 24

A Tomada de Contas Especial é um processo instaurado pela autoridade administrativa competente, de ofício, depois de esgotadas as medidas administrativas internas, ou por determinação do Tribunal de Contas, com o objetivo de apurar os fatos, identificar os responsáveis, quantificar o dano e obter o respectivo ressarcimento, quando caracterizado pelo menos um dos fatos seguintes, EXCETO:

- A) Extravio, perda, subtração ou deterioração culposa ou dolosa de valores e bens.
- B) Prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte danos ao erário público.
- C) Atraso na prestação de contas ou atraso na comprovação da aplicação de recursos próprios.
- D) Ocorrência de desfalque, alcance, desvio, desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos.
- E) Concessão irregular de quaisquer benefícios fiscais ou de renúncia de receitas de que resultem danos ao erário.

Questão 25

Considerável parcela das receitas federais, arrecadadas pela União, é repassada aos demais entes federativos. O rateio das receitas provenientes da arrecadação de impostos entre os entes federados representa um mecanismo fundamental para amenizar as desigualdades regionais e promover o equilíbrio socioeconômico entre estados e municípios. É atribuição do Tesouro Nacional, em cumprimento aos ditames constitucionais, efetuar as transferências desses recursos aos entes federados, nos prazos legalmente estabelecidos. O volume de recursos transferidos pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <<https://www.tesourotransparente.gov.br>>. Dentre as principais transferências da União para os estados, o Distrito Federal e os municípios, previstas na Constituição Federal de 1988, destacam-se, EXCETO:

- A) IPI – Exportação e CIDE-Combustíveis.
- B) *Royalties* e Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR.
- C) Imposto sobre Importação – II e Imposto sobre Grandes Fortunas – IGF.
- D) Fundo de Participação dos Municípios – FPM e Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.
- E) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.

Questão 26

Tendo por base os principais papéis a serem desempenhados pelos gestores com responsabilidades de segunda Linha ao adotarem o “Novo Modelo das Três Linhas”, é possível afirmar que cabe a eles:

- A) Fornecer análises e reportar sobre a adequação e a eficácia do gerenciamento de riscos, incluso controle interno.
- B) Estabelecer e manter estruturas e processos apropriados para o gerenciamento de operações, incluso controle interno.
- C) Liderar e dirigir ações – incluindo gerenciamento de riscos – e aplicação de recursos para atingir os objetivos da organização.
- D) Manter um diálogo contínuo com o órgão de governança e reportar resultados planejados, reais e esperados, vinculados aos objetivos da organização.
- E) Guiar o desenvolvimento e a implementação de políticas e procedimentos internos destinados a garantir que as atividades sejam realizadas de acordo com as metas e os objetivos da organização.

Questão 27

Quanto às normas de auditoria, auditoria interna e externa, considerando o ambiente regulatório e legal no Brasil, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O auditor é responsável pela prevenção de não conformidade e dele se deve esperar que detecte suspeita ou mesmo confirmação de não conformidade com todas as leis e regulamentos vigentes à época dos fatos.
- B) O auditor que realiza auditoria de acordo com as normas de auditoria é responsável por obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, como um todo, não contêm distorções relevantes, causadas por fraude ou erro.
- C) Mesmo que a auditoria seja adequadamente planejada e executada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, existem limitações inerentes a uma auditoria de que algumas distorções relevantes nas demonstrações contábeis podem não ser detectadas.
- D) É responsabilidade da administração, sob a supervisão dos responsáveis pela governança, assegurar que as operações da entidade sejam conduzidas em conformidade com as disposições de leis e regulamentos, inclusive com as que determinam os valores e divulgações reportadas nas demonstrações contábeis da entidade.
- E) O auditor deverá analisar fatos e circunstâncias que chegam ao seu conhecimento a partir da aplicação dos procedimentos das normas de auditoria e solicitar que os responsáveis pela governança efetuem uma avaliação e, se necessário, uma investigação dos fatos ou alegações, a qual deve ser efetuada por profissionais que possuam independência – quando efetuada externamente – e/ou objetividade em relação à entidade.

Questão 28

No Brasil, inúmeros casos de suspeita de não conformidade por parte de entidades públicas em relação a leis e regulamentos infralegais surgiram a partir de operações da Polícia Federal (Operação Lava Jato e Operação Zelotes, por exemplo) e ganharam notoriedade nacional e internacional. Por essa razão, a respeito de normas de auditoria que versam sobre a abordagem e os impactos na auditoria de demonstrações contábeis de entidades envolvidas em assuntos relacionados a não conformidade ou suspeitas de não conformidade com leis e regulamentos, incluindo atos ilegais ou fraude, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O planejamento de uma auditoria recorrente considera procedimentos para obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente em relação a suspeitas de não conformidade e fraudes.
- B) O auditor deve documentar a não conformidade ou a suspeita identificada de não conformidade em relação a leis e regulamentos, no que se refere à sua natureza e contextualização, e os resultados da discussão com a administração.
- C) O termo “relevante para a auditoria” no contexto de suspeita de não conformidade é equivalente a “material”, especialmente em relação ao aspecto quantitativo. Uma suspeita de não conformidade sempre será relevante para a auditoria devido à sua natureza, pois resulta em distorção.
- D) Políticas inadequadas ou inexistentes em relação à prevenção do não cumprimento de leis e regulamentos e sistemas ineficazes de contabilidade e de informação, incluindo situações envolvendo deficiências significativas no ambiente de controles internos, são circunstâncias que possibilitam a existência de potenciais suspeitas de não conformidade.
- E) No que diz respeito aos canais de denúncia da entidade e a processos similares estabelecidos para receber reclamações ou outras informações, o auditor deve considerar obter entendimento dos procedimentos, processos e controles estabelecidos pela entidade, assim como ter acesso aos relatórios sobre as reclamações e informações veiculadas, inclusive dos canais de denúncia terceirizados, que são fornecidos aos responsáveis pela governança.

Questão 29

Em relação às normas aplicáveis ao exercício do profissional de auditoria interna, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A natureza e o escopo do trabalho de avaliação (*assurance*) são determinados pelo auditor interno.
- B) Todos os auditores internos são responsáveis pela conformidade com as normas em relação à objetividade, proficiência e zelo profissional devido.
- C) Os auditores internos são responsáveis pela conformidade com as normas que são relevantes para o desempenho das suas responsabilidades profissionais. Os executivos chefes de auditoria são responsáveis pela conformidade geral com as normas.
- D) Os serviços de avaliação (*assurance*) compreendem a avaliação subjetiva da evidência pelo auditor interno e, por isso, não têm a finalidade de fornecer uma opinião ou conclusões independentes a respeito de uma entidade, operação, função, processo, sistema ou outro ponto importante.
- E) Geralmente, há três partes envolvidas nos serviços de avaliação (*assurance*): 1) a pessoa ou o grupo diretamente envolvido com a entidade, operação, função, processo, sistema ou outro ponto importante (o proprietário do processo); 2) a pessoa ou grupo que efetua a avaliação (o auditor interno); e 3) a pessoa ou grupo que utiliza a avaliação (o usuário).

Questão 30

O Novo Modelo das Três Linhas (anteriormente conhecido por Modelo das Três Linhas de Defesa) foi adotado pelo Conselho Nacional de Justiça e pela Lei nº 14.133/2021 – Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Considerando as disposições relativas ao modelo em comento, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É atribuição da Segunda Linha estabelecer funções de gerenciamento de risco e de conformidade.
- B) Na Primeira Linha, os gestores são responsáveis por importantes funções, dentre elas dimensionar e desenvolver os controles internos na medida requerida pelos riscos, em conformidade com a natureza, a complexidade, a estrutura e a missão da organização.
- C) A Primeira Linha diz respeito aos controles primários, que devem ser instituídos e mantidos pelos gestores responsáveis pela implementação das políticas públicas durante a execução de atividades e tarefas, no âmbito de seus macroprocessos finalísticos e de apoio.
- D) A Segunda Linha contempla os controles situados em nível da gestão e têm por finalidade assegurar que as atividades realizadas pela Primeira Linha sejam desenvolvidas e executadas de forma apropriada, não sendo plausível, contudo, que o controle dessa Linha faça intervenções e modificações nos controles internos estabelecidos na Primeira Linha.
- E) A Terceira Linha, representada pela atividade de auditoria interna, é responsável por avaliar as atividades da Primeira e Segunda Linhas no que tange à eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, mediante a prestação de serviços de avaliação e de consultoria com base nos pressupostos de autonomia técnica e de objetividade.

Questão 31

Acerca das modalidades licitatórias previstas na Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analise as afirmativas a seguir.

- I. O leilão exigirá registro cadastral prévio, não tendo fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
- II. No diálogo competitivo, as reuniões com os licitantes pré-selecionados serão registradas em ata e gravadas mediante utilização de recursos tecnológicos de áudio e vídeo.
- III. Nos concursos destinados à elaboração de projeto, o vencedor deverá ceder à Administração Pública, nos termos da Lei, todos os direitos patrimoniais relativos ao projeto e autorizar sua execução conforme juízo de conveniência e oportunidade das autoridades competentes.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Questão 32

Joana, servidora pública municipal, foi autuada pela fiscalização da prefeitura por suposta infração administrativa consistente no uso irregular de bem público. O auto de infração foi lavrado por agente competente e fundamentado em relatório técnico. Inconformada, Joana ajuíza ação judicial alegando que os fatos descritos no auto não correspondem à realidade, sustentando que a Administração deve comprovar a veracidade do ato praticado. Considerando o regime jurídico-administrativo e as presunções que recaem sobre os atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- A) A presunção de veracidade dos atos administrativos transfere à Administração o ônus de provar a inexistência de vícios.
- B) Os atos administrativos gozam de presunção absoluta de veracidade e legalidade, não admitindo prova em contrário pelo administrado.
- C) A presunção de veracidade aplica-se exclusivamente aos atos normativos, não incidindo sobre atos administrativos individuais, como autos de infração.
- D) A presunção de veracidade é relativa, cabendo ao administrado o ônus de provar a desconformidade do ato com a realidade ou com o ordenamento jurídico.
- E) A presunção de veracidade refere-se apenas à conformidade do ato com a lei formal, não alcançando os fatos que lhe deram origem, tampouco os atos normativos infralegais.



Questão 33

Bens públicos são aqueles que pertencem ao Estado e são destinados ao atendimento das necessidades coletivas. Esses bens são regidos por normas específicas, que visam assegurar sua utilização conforme o interesse público, garantindo sua preservação e a destinação correta. Sobre os bens públicos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Os bens públicos dominicais ou dominiais são aqueles cuja propriedade pertence ao Estado e que são utilizados para a instalação de repartições públicas.
- () É possível a utilização de bens públicos de maneira privativa por particulares, sendo necessário, contudo, dentre outros requisitos, ato de consentimento do poder público.
- () A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, F.
- C) V, F, F.
- D) V, F, V.
- E) F, V, V.

Questão 34

Atos administrativos são declarações da Administração Pública que visam atender ao interesse público e aplicar concretamente as leis. Eles devem respeitar os princípios da Administração Pública e podem ser objeto de controle, caso se mostrem viciados. Nesse contexto, em relação à classificação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Simples: possuem natureza normativa.
- B) Constitutivos: criam, modificam ou extinguem direitos.
- C) Ampliativos: restringem a esfera jurídica do destinatário.
- D) Vinculados: permitem uma maior liberdade, dentro dos limites da lei, na tomada de decisão pelo agente público.
- E) Enunciativos: trazem declarações de vontade do poder público necessariamente coincidentes com as pretensões dos administrados.

Questão 35

Durante a execução de um contrato administrativo para construção de uma ponte rodoviária, o edital e o contrato estabeleceram, de forma expressa, a distribuição prévia dos riscos entre a Administração Pública e a empresa contratada. Nesse instrumento contratual, ficou definido que eventos supervenientes relacionados a variações geológicas inesperadas seriam de responsabilidade da Administração, enquanto atrasos decorrentes de falhas logísticas permaneceriam sob responsabilidade da contratada. Essa definição teve como objetivo preservar o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, delimitando previamente os ônus financeiros decorrentes de tais eventos. Diante da situação hipotética apresentada, o mecanismo jurídico utilizado pela Administração é denominado:

- A) Repactuação.
- B) Matriz de riscos.
- C) Aditivo contratual qualitativo.
- D) Revisão contratual extraordinária.
- E) Reajustamento em sentido estrito.

Questão 36

À luz dos Princípios Fundamentais da Constituição da República de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) A República Federativa do Brasil rege-se, nas suas relações internacionais, entre outros, pelo princípio da intervenção para garantia da paz.
- B) A dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos são, respectivamente, fundamento da República e princípio que rege as relações internacionais.
- C) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou indiretamente, nos termos da Constituição, sendo os Poderes da União independentes e harmônicos entre si.
- D) A integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina constitui princípio que rege as relações internacionais da República Federativa do Brasil, com caráter vinculante imediato.
- E) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, formado pela união dissolúvel dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, sendo a soberania e a cidadania objetivos fundamentais da República.



Questão 37

No julgamento da ADO 73/DF (Info 1194), o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a omissão inconstitucional do Congresso Nacional quanto à edição de norma destinada a proteger o trabalhador em face da automação (art. 7º, XXVII, da CF/88), fixando o prazo de vinte e quatro meses para a elaboração da lei regulamentadora. À luz do tema Aplicabilidade das Normas Constitucionais, o direito constitucional de proteção à automação possui natureza de norma:

- A) De eficácia plena.
- B) De eficácia contida.
- C) De eficácia limitada.
- D) Constitucional de eficácia exaurida.
- E) Programática desprovida de força normativa.

Questão 38

Sobre os bens da União e dos Estados na Constituição da República de 1988, assinale a afirmativa correta.

- A) São bens da União os recursos minerais, inclusive os do subsolo, bem como os potenciais de energia hidráulica.
- B) As ilhas oceânicas e costeiras pertencem integralmente à União, inclusive as que contenham a sede de municípios.
- C) Pertencem à União todas as ilhas fluviais e lacustres situadas no território nacional, independentemente de sua localização.
- D) São bens da União as águas superficiais e subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas as decorrentes de obras estaduais.
- E) As terras devolutas pertencem exclusivamente à União, salvo aquelas indispensáveis à preservação ambiental, as quais pertencem aos municípios.

Questão 39

João, deputado estadual do estado Alfa, regularmente diplomado e em exercício do mandato, encontrava-se em viagem particular no estado Beta, onde, em tese, praticou crime inafiançável. Logo após os fatos, foi preso em flagrante pela autoridade policial do estado Beta. Os autos da prisão foram encaminhados à Assembleia Legislativa do estado Alfa para deliberação quanto à manutenção da custódia. À luz das imunidades parlamentares e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) A imunidade formal quanto à prisão não se aplica aos deputados estaduais, restringindo-se apenas aos deputados federais e senadores.
- B) O fato de o crime ter sido praticado no estado Beta afasta a incidência das imunidades parlamentares previstas na Constituição Federal.
- C) A prisão somente poderia ocorrer após autorização prévia da Assembleia Legislativa do estado Alfa, por se tratar de crime comum praticado por parlamentar estadual.
- D) O deputado estadual não poderia ter sido preso, pois goza de imunidade formal absoluta quanto à prisão durante o mandato, salvo se decorrente de trânsito em julgado de sentença condenatória.
- E) A prisão em flagrante é admitida, por se tratar de crime inafiançável, devendo os autos serem remetidos à Assembleia Legislativa do estado Alfa, que poderá sustar a prisão pelo voto da maioria de seus membros.

Questão 40

Acerca do regime de urgência constitucional solicitado pelo Presidente da República, assinale a afirmativa correta.

- A) O regime de urgência aplica-se inclusive aos projetos de código e durante o período de recesso do Congresso Nacional.
- B) O prazo de quarenta e cinco dias é comum às duas Casas Legislativas, fluindo simultaneamente a partir do protocolo do projeto.
- C) Caso a Câmara dos Deputados não se manifeste em até quarenta e cinco dias, o projeto será automaticamente considerado aprovado.
- D) A solicitação de urgência pode ser formulada pelo Presidente da República para qualquer projeto em tramitação no Congresso Nacional, independentemente da iniciativa.
- E) Se a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre projeto de iniciativa do Presidente submetido à urgência, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, excetuadas as que tenham prazo constitucional determinado.



ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.

